INTERESSADA: MÔNICA RAQUEL URRUTIA RUIZ

ASSUNTO : Reconhecimento de equivalência de estudos

RELATOR : Conselheiro JOSÉ AUGUSTO DIAS

III - DECISÃO DA CÂMARA

PARECER CEE Nº 2569/75; CSG; Aprov. em 17/09/75; Comunicado ao
Pleno em 01/10/75

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer o voto do Relator.

I - RELATÓRIO

Presentes os nobres Conselheiros: ALFREDO GOMES, ARNALDO LAURINDO, ERASMO DE FREITAS NUZZI, HILÁRIO TORLONI, JOSÉ AUGUSTO DIAS, LIONEL CORBEIL, MARIA APARECIDA TAMASO GARCIA.

1. HISTÓRICO: MÔNICA RAQUEL URRUTIA RUIZ, filha de Homero Raul Urrutia Villalobos e Raquel Ruiz de Urrutia, nascida aos 22 de setembro de 1956, em Talca, Chile, residente e domiciliada em São Paulo, na Rua Silvia, 118, 6º andar, apto 604, requer o reconhecimento de equivalência de seus estudos ao nível da 2ª série do segundo grau, para fins de prosseguimento de vida escolar.

Sala da Câmara do Segundo Grau, em 17 de setembro de 1975

a) Conselheiro ERASMO DE FREITAS NUZZI - Vice-Presidente
no exercício da Presidência

1.1. Concluiu o curso básico com 8 anos, no Liceu nº 5, em Santiago, Chile;

1.2. fez, em continuação, no Liceu nº 5 Feminino, em Santiago, a 1ª e 2ª séries, do curso do Ensino Médio Humanístico-Científico;

1.3. a seguir, durante o ano letivo de 1975, passou a cursar a 3ª série da Habilitação de Técnico em Laboratórios Médicos, no Colégio Integrado Objetivo, desta Capital.

2. APRECIÇÃO: O pedido encontra apoio no artigo 100 da Lei federal nº 4024, de 20 de dezembro de 1961, bem como em jurisprudência deste Conselho em casos semelhantes.

O processo está instruído de acordo com as exigências da Resolução CEE nº 19/65.

II - CONCLUSÃO

À vista do exposto, voto favoravelmente ao reconhecimento da equivalência dos estudos realizados, no exterior, por MÔNICA RAQUEL URRUTIA RUIZ, ao nível da segunda série do segundo grau, do sistema brasileiro de ensino, devendo lograr aprovação em exames especiais de História do Brasil, Geografia do Brasil, Educação Moral e Cívica, Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, bem como a processo de adaptação em disciplinas a critério da escola de sua matrícula, devendo, ainda, cumprir a carga horária exigida para parte de Formação Especial do currículo da Habilitação Profissional.

São Paulo, 17 de setembro de 1975

a) Conselheiro JOSÉ AUGUSTO DIAS

- Relator e Presidente